

	EMENTA DE DISCIPLINA		
UNIDADE ACADÊMICA: FAF/PPGCGP	DEPARTAMENTO: FAF/PPGCGP		
NOME DA DISCIPLINA DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTRATOS PÚBLICOS	TIPO	C. HORÁRIA	CRÉDITOS
	<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA	30	2
<input checked="" type="checkbox"/> ELETIVA			
NOME DO CURSO: MESTRADO PROFISSIONAL EM CONTROLADORIA E GESTÃO PÚBLICA	DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA		
	TIPO DE AULA	C. HORÁRIA	Nº CRÉDITOS
	TEÓRICA	30	2
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTROLADORIA E GESTÃO	PRÁTICA	-	-
	TOTAL	30	2
PRÉ-REQUISITOS:	<input type="checkbox"/> Disciplina do curso de mestrado acadêmico <input checked="" type="checkbox"/> Disciplina do curso de mestrado profissional <input type="checkbox"/> Disciplina do curso de Doutorado		
EMENTA Formação e evolução histórica do Direito Administrativo. Modelos europeu continental e anglo-saxônico de Administração Pública. A constitucionalização do Direito Administrativo. A crise dos paradigmas do Direito Administrativo. Principais dilemas, debates e reformas em curso no Direito Administrativo brasileiro: da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade; da legalidade à juridicidade administrativa; da discricionariedade administrativa à teoria dos graus de vinculação à juridicidade; do Executivo unitário à Administração policêntrica; da Administração burocrática à Administração gerencial. Interação entre Direito Público e Direito Privado. Contratos e organizações públicas: características, modalidades, princípios e natureza. Garantias. Duração e extinção. Contratos de licitação. Contratos sem licitação. Recursos Administrativos nas licitações. Convênios. Consórcios Públicos. Termos aditivos. Gestão dos contratos públicos. Sanções Administrativas. Tutelas judiciais. Fiscalização de contratos no setor público.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ul style="list-style-type: none"> ▪ MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno, 20ª ed. São Paulo: RT, 2016. ▪ SCHAPIRO, Mario Gomes (coord.). Direito Econômico Atual. São Paulo: Método, 2015. ▪ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17.ed. São Paulo: RT, 2016. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <ul style="list-style-type: none"> ▪ GUIMARÃES, T.A. et ali. Conflitos e ambiguidades de papéis no trabalho dos juízes. Revista de Administração Pública, v.51, no.6. Rio de Janeiro: FGV, 2017. (A2 - ISSN 1982-3134) ▪ SALLES-FILHO, S.L.M. et ali. Gestão de instituições públicas de pesquisa no Brasil: limites do modelo jurídico. In: Revista de Administração Pública, v.49, no.3. Rio de Janeiro: FGV, 2015. (A2 - ISSN 1982-3134) ▪ SCHAPIRO, M.G. Legalidade ou discricionariedade na governança de bancos públicos. Revista de Administração Pública, v.51, no.1. Rio de Janeiro: FGV, 2017. (A2 - ISSN 1982-3134) ▪ SILVA, Fernando Oliveira. A regulação dos contratos públicos: um modelo para autoridade reguladora. Almedina: Coimbra, 2016. ▪ CASTRO, André et al. Contratos públicos e direito administrativo. Sociedade Brasileira de Direito Público, 2015. 			